

**Secretaria de Inspeção do Trabalho
Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho
Coordenação-Geral de Normatização e Programas**

ATA DA 37ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CPNP

Data: 23 de novembro de 2017.

Local: FUNDACENTRO - Vitória/ES.

PARTICIPANTES:

Bancada de Governo: Cláudio Augusto B. Tarifa (MTb/SRT/SP), Fábio Luiz T. Dinelli (MTb/SRT/ES), Armando R. Moreira (MT/DEPTRA), Mauro Jose Rocha de Araujo (DPC/MB), Antonio Carlos Garcia Júnior (FUNDACENTRO).

Bancada de Trabalhadores: José Adílson Pereira (CONTTMAF).

Bancada de Empregadores: Mario Bastos Ferraz de Mendonça (SYNDARMA), Luiz Sérgio Soares Mamari (CNC).

Convidados e assessores: Maria Claudia S. Pereira (Capitania dos Portos do ES), Marcos Henrique Lopes (SINDOPES/FENOP), Laura Guiomar Moraes (ABRATEC), Lucimar Luiz Camata (CODESA), Erika Angelo (CODESA)

RELATO:

1- ABERTURA

A reunião foi realizada na sede da FUNDACENTRO/ES e a abertura dos trabalhos foi efetuada pelo anfitrião Sr. Antônio Carlos Garcia Junior que apresentou às bancadas o novo coordenador Sr. Claudio Augusto B. Tarifa que substituiu a colega Rosângela Mendes. O novo coordenador fez uma breve apresentação e agradeceu a oportunidade de poder estar participando da CPNP, contudo, ajudando nos trabalhos de normatização da NR-29.

2- APRESENTAÇÃO DOS PRESENTES – FALTAS - QUORUM

Foi efetuada a apresentação dos participantes havendo quórum para a realização da reunião. Com relação às faltas o coordenador Sr. Claudio Tarifa ficou de verificar posteriormente se algum membro deixou de prestar justificativa em observação ao Regimento Interno.

3- DISCUSSÃO PRÉVIA – INDICAÇÕES DE COORDENADORES DE BANCADAS

Foi consignada na ata da 36º RO a importância das bancadas terem um representante que pudessem atuar como “coordenadores de bancadas” para centralizarem as discussões prévias e o posicionamento de cada segmento. Foram nomeados os seguintes representantes de bancadas: José Adilson Pereira pela Bancada dos Trabalhadores,

Mario Bastos Ferraz de Mendonça pela Bancada dos Empregadores e Claudio Tarifa pela Bancada do Governo que terão o papel de articularem junto as suas bancadas as discussões prévias de cada assunto convergindo para um posicionamento da bancada, facilitando assim a apreciação das pautas durante a reunião.

4- LEITURA E APROVAÇÃO DA ATA DA 36ª RO DA CPNP

Foi efetuada a leitura da ata da 36ª Reunião Ordinária da CPNP pelo Sr. Mauro (DPC) e depois de alguns ajustes na redação do texto a mesma foi aprovada pelas bancadas.

5- PAUTAS & PROPOSTAS

PAUTA-1: Plano de Ajuda Mútua – PAM e Plano de Controle de Emergência - PCE

Tendo em vista a pré-aprovação da pauta na 36ª Reunião Ordinária, foi direcionada a discussão para a questão do organograma referente ao item 29.8.4 *quanto à estrutura mínima organizacional do PAM, decidindo-se da seguinte forma:*

29.8.4- O PAM deverá ter no mínimo a seguinte estrutura organizacional:"

A - Conselho de Instituições

B- Coordenação Geral do PAM

C- Secretaria Executiva

D- Assessoria de Segurança, Meio Ambiente e Comunicação

E- Coordenador de Combate de Emergência

F- Equipe de Combate de Emergência

G- Equipes de Limpeza (Rescaldo)

H- Encarregado de Logística

A redação dos itens do PAM e do PCE aprovada na CPNP deverá, após fechamento do item sobre o PAM, ser enviada para aprovação na CTPP, na SIT, em Brasília.

PAUTA-2: Pontos de Ancoragem nos Navios - Trabalho em Altura

Foi lida a proposta do SESSTP-ES em parceria com o OGMO-ES expondo em síntese que os navios: a) não provem de dispositivos de prevenção contra a queda; b) não há local adequado para fixação dos pontos de ancoragem; c) existência de corrosão nas estruturas; d) limitação de movimento no porão e) adaptação dos equipamentos existentes em razão da configuração do navio; havendo a necessidade dos navios possuírem dispositivos de proteção contra quedas nas escadas verticais (Linha de vida com trava quedas), acesso às tampas dos porões (guarda corpo fixo ou móvel) e certificação dos respectivos pontos de ancoragem através da ART (anotação de responsabilidade técnica). Aberta a palavra, o **Sr. Mario Bastos (SYNDARMA)** colocou que tal proposta é desnecessária em razão das seguintes situações: a) 95% dos navios que atracam nos portos brasileiros são de bandeira estrangeira; b) a construção, a certificação e a vistoria d e navios e regulada pela IMO (Organização Marítima Internacional); c) a Convenção SOLAS, da qual o Brasil é signatário, regula todas as questões relativas a segurança da operação dos navios; d) a existência do Código Internacional de Gerenciamento de Segurança (Código ISM) que tem por finalidade regular as práticas seguras na operação e navio e um ambiente seguro de trabalho; e) a garantia dos sistemas de segurança a bordo dos navios é dada pela autoridade marítima da bandeira do navio, por meio de sociedades classificadoras; f) a existência de vistoria rotineiras pelas autoridades marítimas (foi juntada e lida à contraproposta). A palavra depois foi dada ao **Sr. ANTÔNIO CARLOS (FUNDACENTRO)** que colocou que tais normas e procedimentos internacionais estão relacionados à segurança da navegação e a segurança do tripulante estrangeiro não se confundindo com a segurança da movimentação da carga quando esta é realizada nos portos do Brasil pelo trabalhador brasileiro, sendo necessária a apreciação mais aprofundada em razão da exposição do trabalhador a queda. O representante da base do governo **Sr. FÁBIO DINELLI (MTE)**

esclareceu que a regras do trabalho em altura previstas na NR-35 estão sendo aplicadas pela Fiscalização do Ministério do Trabalho, no que couber, tanto ao trabalho portuário como no trabalho aquaviário, podendo resultar em interdição dos serviços se houver a caracterização de grave e iminente risco. O Sr. **JOSÉ ADILSON (CONTTMAF)** disse que as situações de risco nesses casos estão mais vulneráveis aos navios de “carga adaptável”, pois mesmo seguindo o plano de carga para a segurança da navegação, sua estrutura do ponto de vista dos sistemas de ancoragem, na maioria das vezes, não foi projetada para aquele fim, tornando o trabalho de fixação da carga no porão/convés do navio, suscetível ao risco de acidente. O Sr. **MAURO (DPC/MB)** colocou que concorda com a exposição efetuada pelo Sr. Mario Bastos em razão da existência da normatização internacional e possíveis conflitos, sugerindo que o texto da proposta poderia ser melhorado ao passo da bancada do governo poder estar se reunindo para uma apreciação mais aprofundada, devendo o assunto compor a pauta da próxima reunião.

PAUTA-3 - Declaração de Mercadorias Perigosas – Item 29.6.3.1.1 e Anexo VII da NR-29 em versão Bilíngue: português/inglês

Foi lida a proposta elaborada pela Comissão de Assuntos Aduaneiros e de Facilitação de Comércio Exterior da ABIQUIM – (Associação Brasileira da Indústria Química) consistindo na inserção do texto na versão português/inglês, promovendo assim melhor transparência do conteúdo para as partes envolvidas nas operações de transporte internacional de mercadorias perigosas no comércio internacional. Aberta a palavra para as bancadas, ficou definido que a ABIQUIM reenviaria a proposta de forma mais detalhada para discussão na próxima reunião, devendo ser incluída na pauta.

6- PLANEJAMENTO 2018 (Datas; R.O's, etc)

Ficou articulada pelas bancadas a realização de 03 (três) Reuniões Ordinárias para o calendário 2018, sendo definido os seguintes locais e datas:

- DATA: 25 (quarta-feira) e 26 (quinta-feira) de Abril/2018, Porto Vila do Conde/PA.

- DATA: 22 (quarta) e 23(quinta) de Agosto/2018, Porto do Rio de Janeiro/RJ.

- DATA: 28 (quarta) e 29 (quinta) de Novembro/2018 (o local será definido na reunião de abril ou agosto).

7- INFORMES E OUTROS ASSUNTOS

O representante da **FENOP, Sr. Marcos H. Lopes** propôs a revisão do item 29.3.9.3: “Cargas transportadas por caminhões ou carretas devem estar peadas ou fixadas de modo a evitar uma queda acidental”, ficando de apresentar a proposta da bancada na próxima reunião.

O Sr. Antônio Carlos informou que essa reunião seria sua última participação na CPNP tendo em vista estar perto a data de sua aposentadoria e que na próxima reunião seria apresentado seu substituto, representando a FUNDACENTRO. O Sr. Jose Adilson desejou sucesso ao novo coordenador Sr. Claudio Tarifa na condução dos trabalhos na CPNP como também enfatizou o trabalho técnico e histórico prestado pelo Sr. Antonio Carlos para a construção da NR-29. O Sr. Armando R. Moreira (MT/DEPTRA) solicitou que constasse em ata o elogio ao Sr. Antônio Carlos pelo mérito da sua imensa contribuição prestada a sociedade portuária brasileira durante todos esses anos e que o mesmo pudesse continuar assessorando a CPNP.

8- ENCERRAMENTO

O coordenador da CPNP Cláudio Tarifa agradeceu a FUNDACENTRO/ES pelo grande apoio prestado bem como a presença dos participantes, dando por encerrado os trabalhos.